

Por um Paraná autônomo: a diversidade sonhada.

Etelvina Maria de Castro Trindade
Universidade Tuiuti do Paraná/
Universidade Federal do Paraná.

1. Introdução

A tardia configuração do território paranaense é um fenômeno já bastante conhecido, mas que nem por isso deixa de proporcionar possibilidades de releitura dessa longa tentativa de produzir um espaço unificado e coeso, não só no sentido físico, mas também no político e administrativo. Com esse propósito, é importante recorrer a outras áreas do conhecimento que tenham abordado questões pertinentes ao que pode chamar de História Territorial.¹

Esse tema tem sido objeto de estudo da moderna geografia preocupada, não mais em descrever e caracterizar um território tomando-o como um acidente geográfico, *mas em captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre*. Tal enfoque possibilita ver o território como *um resultado histórico do relacionamento da sociedade com um espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento*.

É, igualmente, importante, incorporar o conceito de *pensamento geográfico* que compreende os escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da terra, ou seja, as representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre. Essa conceituação é, sobretudo, aplicável para regiões com dificuldade de constituir seu espaço próprio, situação em que o discurso territorial acabou por converter-se em mecanismo de legitimação da proposta, seja de unificação nacional, seja de afirmação regional.

Em contrapartida, estudiosos de outros campos do conhecimento têm, há bastante tempo, se interessado pela questão da territorialidade e da regionalização, caso dos economistas e dos sociólogos. Da mesma forma que os geógrafos, os sociólogos também descrevem de *classificações naturais* e *regiões naturais*, separadas por *fronteiras naturais*, produtos de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade,

segundo semelhanças mais ou menos numerosas ou fortes.² Na medida em que geógrafos e sociólogos concordam com a preponderância da sociedade, sua história e sua cultura na criação concreta do espaço territorial, não é de admirar que os historiadores também considerem o território como *construído através de uma série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes e que obedecem a dinâmicas heterogêneas, e, por vezes contraditórias.*³

Dessa forma, é lícito pensar-se a construção do território paranaense a partir da sua ocupação e da formação de uma sociedade que, com suas características específicas, conformou-se através do tempo. E ainda, levantar-se a hipótese de que a sua conquista como unidade autônoma teve base em discursos que tentaram criar, frente ao Estado e à população, um sonho de identidade regional que legitimaria, mais tarde, pretensões emancipacionistas.

2. A ocupação do espaço paranaense: o sonho dos primeiros conquistadores

Há que considerar-se, em todo o processo de colonização, o deslocamento territorial de um grupo humano em direção a um novo espaço com intenção de incorporá-lo ao seu domínio. No caso das conquistas portuguesas, a ação colonizadora se deu sem delimitação clara entre ação privada e estatal, diferentemente do ocorrido em outras nações européias. Nesse contexto, o Brasil tomou a forma uma entidade político-territorial, visualizada apenas como uma área desconhecida onde se exerciam várias formas de governo.⁴ Circunstâncias econômicas e administrativas fizeram surgir uma desvinculação entre suas diversas regiões que permaneceriam isoladas e em busca de identidade própria por mais de três séculos.

É também uma característica do processo de expansão, o sentimento de aventura, de desbravamento de espaços desconhecidos, que o imaginário povoa com mitos, como as Ilhas Afortunadas, o Eldorado e a Terra das Amazonas, como descreve Buarque de Holanda.⁵ Representações que têm inspirado escritos, literários ou não, e são descrições onde os autores, adotando uma retórica particular, buscam corresponder às expectativas daqueles que ao lê-los, podem visualizar no remoto, uma alteridade espetacular.⁶

Para o então amplo e deserto território que hoje é o estado do Paraná, o sonho dos conquistadores de salvar as almas dos gentios ou contribuir para o enriquecimento do tesouro real encobria os interesses econômicos que lhes traziam a preação dos índios e a busca desenfreada por metais preciosos. Situação idêntica a dos jesuítas que justificavam a criação das reduções onde se explorava o trabalho indígena, pela missão de transformar *gente rústica em cristão civilizado com a continua pregação do Evangelho*.

O *achamento* de ouro na baía de Pernaguá (hoje, Paranaguá), no século XVIII, acendeu o imaginário dos aventureiros e incitou a Coroa portuguesa, e depois a espanhola, a tomar medidas rigorosas de fiscalização. Fundaram-se vilas (Paranaguá, no litoral, e Curitiba, no planalto) nas quais instalou-se o aparato administrativo. Todavia, o Eldorado não se concretizou ao sul, mas nas zonas auríferas das Gerais. Para suprir a região das minas deu-se a intensa movimentação do tropeirismo e a organização das populações sulinas, notadamente as das regiões de Curitiba e Campos Gerais, em torno da criação e do comércio do gado, produzindo uma diversificação na sonhadora busca do sucesso material.

No setecentos, quando o Estado português começou a preocupar-se com a integração das regiões ainda isoladas do território brasileiro, passou a desencadear as expedições militares e povoadoras, organizadas para atingir uma fronteira-limite nos confins do continente. Para tanto emitiram-se ordens que os chefes das expedições procuravam cumprir; o tenente-coronel Botelho de Souza instruía os comandantes de uma entrada destinada às *fronteiras do rio Paraná*, que escolhessem locais onde se *fará cruces e descreverá alguns caracteres nos troncos das árvores e em pedras, que digam “Viva El-Rei de Portugal*.”⁷

Esse tipo de empreitada não era nova e já ocorria na Europa Medieval, quando a apreensão de um determinado espaço territorial e a territorialização progressiva de uma nação eram prova da extensão do poder real e de sua posse fiscal e material.⁸

No que viria a ser o território paranaense, esta demanda era acentuada pelo capitão-general Rodrigo de Menezes em carta ao Vice-Rei, na terceira década do século XVIII: *No Brasil vivem todos com a soltura que V. Excia não ignora, e os paulistas com mais liberdade*

*que todos e esta não se destrói com outra coisa que com o poder.*⁹ Dentre estes paulistas destacavam-se, sobretudo, os do sul da capitania que habitavam a comarca de Paranaguá, onde lentamente se tomava consciência de uma certa diversidade e uma determinada identidade.

3. O sonho de emancipação

Tal era a situação na região instituída como 5º Comarca de São Paulo no início do século XIX, já com sede em Curitiba, na conjuntura da Independência do Brasil. Nessa época, deu-se, na região, um fenômeno que se assemelha ao que o Revel, em seus estudos sobre a França pós-revolucionária, denomina *tomada de consciência* quando descreve o desencadear de um projeto de uniformização e de igualização do espaço, a que vão se somar as antigas divisões do Antigo Regime.¹⁰ O historiador paranaense Pinheiro Machado observa processo idêntico para a 5ª Comarca, e aponta, para o Brasil como um todo, um momento,

em que os descendentes dos europeus, africanos e indígenas tomam a consciência de que não são mais nem europeus, nem africanos, nem índios, mas qualquer coisa de diferente deles todos. Essa sensação da própria identidade vai se formando aos poucos durante os séculos coloniais até que, muito antes da independência, aparece clara na zona luminosa da consciência.¹¹

Efetivamente, no Paraná, essa consciência já se tinha manifestado durante o século XVIII, quando os camaristas de cidades como Paranaguá, Morretes, Antonina e Curitiba, manifestavam-se contra a opressão que sofriam por parte dos capitães-generais que, além de descuidarem as necessidades da Comarca, abusavam de sua autoridade e usavam até de violência para fazer valer seus direitos e suas determinações. Esse procedimento fica bem evidente nas punições infligidas aos que se opusessem ao recrutamento compulsório, como atesta a carta do Governador da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor de Paranaguá: (...) *a escandalosa deserção que tem havido das tropas dessa capital me obriga a proceder com a maior violências contra os pais dos desertores, depois de ter usado em vão todos os meios suaves com os filhos, de cujo mau procedimento têm os pais a maior culpa na péssima educação que lhes dão.*¹²

Foi dos atritos entre as câmaras locais e os representantes da Coroa que surgiu o gérmen da formação de um movimento¹³ que se consubstanciaria no século XIX e, daí por diante, iria construir um sonho próprio que, baseado nas próprias necessidades e aspirações, buscava construir um território independente e muito mais ligado aos valores autóctones. Concomitantemente, o momento da Independência brasileira tornara necessário que se adotasse o discurso geográfico como uma ideologia que gerava argumentos naturalizantes para dar base a uma situação de identidade histórica que não era evidente.¹⁴ No interior do país, as regiões cuja a coesão ainda se apresentava incompleta, viram-se na premência de construir um projeto e um discurso que consolidassem sua identidade.

Para a 5ª Comarca, essa aspiração iria desenvolver-se numa trama que tomaria toda a primeira metade dos oitocentos, com movimentos de reivindicação ocorridos em 1811 e 1821. Fracassadas essas tentativas e recusada a petição de 1835, Curitiba teve valorizada sua posição estratégica quando da Revolução de Sorocaba, em 1842. Entretanto, a campanha somente teve êxito no decorrer no ano de 1853, com a Lei 704 que criava a nova Província, tendo Curitiba como capital.

Por detrás desses fatos, desenrolava-se um jogo político que começara com a ambição de Pedro Correia e Sá em tornar-se capitão-general da Comarca de Paranaguá, incentivando para isso a petição de 1811, e o episódio da “conjura separatista” em que Floriano Bento Viana, instado a liderar o movimento, viu-se publicamente abandonado pelos companheiros de conjura. A partir daí, até a promulgação da Lei 704, muitas foram as estratégias e negociações tecidas pelos maiores interessados em obter privilégios e honrarias do governo.

Na década de 1840, tiveram significado as negociações entre o gaúcho João da Silva Machado, posteriormente Barão de Antonina, e o baiano Cândido José de Araújo Viana, Barão de Monte Alegre e Presidente da Província de São Paulo. As relações de Silva Machado e com o Barão de Monte Alegre culminaram com a aprovação deste para a causa

da Comarca, acabando por enviar ao Ministro do Império correspondência simpática à separação da região.

Com a emancipação, obteve Silva Machado inúmeros proventos e honrarias: *A Comarca fê-lo Barão de Antonina. A Província fê-lo Senador. Uma vez no Parlamento e no Paço, cresceu em outras honrarias: Grande do Império, Fidalgo da Casa Imperial, Grande Dignatário da Imperial Ordem da Rosa, Oficial da do Cruzeiro, Vereador Honorário de S. M. a Imperatriz.*¹⁵

Em contrapartida, outros líderes do movimento acabaram rapidamente esquecidos, cabendo-lhes um fim de vida obscuro. Foram eles os porta-vozes mais idealistas do projeto emancipatório, e a eles pertence o discurso que consubstanciou o sonho da criação da nova Província, produzindo narrativas idealizadas sobre as virtudes e as potencialidades do território e da população que seriam posteriormente paranaenses, através de um discurso que se reiterava e consolidava tendo por base condições ambientais e humanas.

Coubera primeiramente a Floriano Bento Viana pugnar pela causa, na petição de 1811, falando publicamente aos representantes do Imperador. Bem mais efetiva foi, porém, a palavra escrita, onde se destacam os textos do tropeiro riograndense Francisco de Paula Silva Gomes e os de Manoel Francisco Correia Júnior que se manifestaram, no ardor da campanha, através do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* e do *Farol Paulistano*. Dando início à atividade periodística paranaense, apresentaram descrições que, pelo entusiasmo da retórica, buscavam angariar adeptos ao que consideravam uma missão redentora. Colocavam ênfase no valor do território e da cultura locais e em sua diversidade face ao contexto nacional ou internacional.

Serve de exemplo o artigo que Paula Gomes encaminhou, em 1847, ao redator do *Jornal do Commercio*, onde enumerava as virtudes e as dificuldades da Comarca:

(...) convencido todavia, de que, muitos Senhores Deputados atuais não tenham porventura exato conhecimento das circunstâncias em que se acha ora colocada a dita comarca, e da urgência que tem de ser elevada à Província, como amante do meu país natal, e zeloso de suas reais conveniências não posso deixar, Senhor Redator de, por via da sua mui lida folha, apresentar estas circunstâncias, a fim de ver se na próxima futura Secção a Ilustre Câmara se dignará, de acuradamente ocupar-se de tão grandiosa tarefa.

E segue o autor, descrevendo em detalhes a situação da região, de sua população e das inúmeras possibilidades que oferecia ao plantio e à criação; destacava a erva-mate nativa e os excelentes pinhos e lembrava a possibilidade de construírem-se vias de comunicação com o Paraguai. Nomeava suas numerosas nações indígenas, hoje *totalmente gente civilizada*. E finalizava afirmando que, *pela benignidade de seu clima, fertilidade de seu extenso território, número de bons portos e sua população quase totalmente livre, vem (a Comarca) a ser um dos próprios países de todo o Império para estabelecer-se boa colonização de europeus*.

Mas, sempre existiram serpentes nos Paraísos. Alguma coisa lhe faltava: o reconhecimento de sua autonomia pelo governo imperial:

E todos esses elementos de prosperidade e riqueza ditos se acham nulificados por causa da grande distância em que está colocada do governo da província. Publicando no seu interessante jornal, Senhor Redator, esta sucinta e lacônica exposição (...) fora possível introduzir-se-lhe outras vantagens, desanexando-a de São Paulo e elevando-a a categoria de província, por ser esse também o voto geral de seus habitantes patriotas, já manifestado desde o ano de 1822, por extremo penhorará o seu constante leitor,
Francisco de Paula e Silva Gomes.¹⁶

No interior desse discurso, estão presentes observações pessoais permeadas pela vontade de criar algo através da fantasia e pela reprodução das convenções literárias: enquanto o autor *seleciona os aspectos dignos de nota e exclui os traços supérfluos, o “texto” do leitor constrói-se por uma expansão da imaginação*.¹⁷

Fosse, todavia, por conta das utopias, das necessidades práticas ou das ambições, o objetivo de todos atingiu sua meta com a instalação da nova Província, a 19 de dezembro de 1853. Restava consolidá-la enquanto território e unidade política no conjunto da nação.

4. O mapa de uma Província

No Paraná, a necessidade de estabelecer fronteiras - e de traçar, portanto, o seu *mapa* - colocou-se logo a seguir à emancipação, e nas várias décadas que se seguiram. Mapa esse que, no sentido dado por Revel, não é apenas cartográfico, mas feito pela descrição textual do território.

Esse mapa já fora delineado historicamente num espaço que construiu-se de forma muito lenta, a partir de uma pequena faixa litorânea demarcada pelo tratado de Tordesilhas, na região das Capitanias de São Vicente e Santana; avançou para o interior com a exploração dos primeiros viajantes; foi perpassado pelos avanços das reduções espanholas e pelas tropelias dos sertanistas; estendeu-se na busca de riquezas e da mão-de-obra indígena; e um século depois, pela ação das expedições militares. Constituiu-se, enfim, pela descrição daqueles agentes que possuíam, todos eles, seus propósitos, mesmo que fossem divergentes. E que conseguiram unir-se na busca de uma unidade e de uma identidade que, como sempre, se construiu na alteridade com aqueles que, ao norte e ao sul, eram diferentes, tinham outras origens, contavam outras histórias que não eram as do Paraná.

Mas foram ainda precisos outros sonhos, mais conquistas, mais derrotas, e a superação de muitos obstáculos para que o Paraná, um século depois da sua emancipação, pudesse finalmente apresentar o mapa que hoje conhecemos.

¹As reflexões sobre espaço e história territorial que, vistos sob a ótica da moderna geografia, percorrem este texto, têm como base o trabalho de MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 42 a 139.

²BOURDIEU, P. O poder simbólico- Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989. p.107-132.

³REVEL, J. **A invenção da sociedade**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989. p.102.

⁴**Idem**, p.79 e 139.

⁵HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

⁶GIUCCI, G. **Viajantes do Maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-99.

⁷NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2005. v.2º, 1927. p. 45

⁸REVEL, J. **Opus cit.** 118 E 128-129.

⁹MACHADO, B.P. **Opus cit.** p. 187/188.

¹⁰REVEL, J. **Opus cit.** 176.

¹¹MACHADO, B.P. **Opus cit.** p 178

¹²DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, V. XLVI, p. 84.

¹³Sobre o movimento da Paranidade ver: TRINDADE, E.M.C. Paranidade ou Paranismo? A formação de uma identidade regional. In: REVISTA DA SBPH, Curitiba, N. 13, p. 65-74, 1997.

¹⁴MORAES, A.C.R. **Opus cit.** p. 42/43.

¹⁵**Idem**. p.389

¹⁶GOMES, F.P.S. Apud, VIEIRA DOS SANTOS, A. Memória Histórica da Cidade de Parangá e seu Município. Curitiba. Publicação da secção de História do Museu Paranaense, 1951. p. 368-370.

¹⁷GIUCCI, G. **Opus cit.** p. 91-96.